

PINGUELLI, Luiz Rosa. *“Por uma Eletrobrás mais dinâmica”*. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 19 mar 2007. **Economia**. Disponível em: <
<http://www.jornaldocommercio.com.br/> >
Acesso em: 19.03.2007

(Entrevista de Cirilo Junior com o Ex-Presidente da Eletrobrás, o coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, Luiz Pinguelli)

Por uma Eletrobrás mais dinâmica

JORNAL DO COMMERCIO - O senhor acha que o anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) trouxe melhores perspectivas para o setor elétrico?

LUIZ PINGUELLI ROSA - Não tem praticamente novidades no setor elétrico, ele simplesmente reproduz o planejamento da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que já estava mais ou menos conhecido. Então, na realidade, não há novidade.

O senhor acha que faltou ousadia?

- O problema não é um elenco de obras possíveis e desejáveis. O maior problema que existe é a execução. A Eletrobrás continua uma empresa tolhida de instrumentos de ação e que não ganha a prioridade que merecia do governo. A Eletrobrás, no setor elétrico, teria que desempenhar o papel que a Petrobras faz no setor de petróleo. E isso não vem ocorrendo, ela está sendo imobilizada. Quando digo Eletrobrás, falo de todas as empresas do grupo.

O que constatamos nos últimos leilões de geração de energia é uma participação maior da Eletrobrás, assim como nas aquisições em participações em empreendimentos que estavam 100% na mão das companhias privadas, como foi o caso de Peixe Angical e de Serra do Facão. Ela vem conquistando apenas participações minoritárias, vem colocando dinheiro para os outros controlarem o empreendimento. Ela tinha que ser, na minha opinião, libertada da restrição de ter que ser sempre minoritária para conseguir financiamentos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os investimentos da Eletrobrás e do setor elétrico como um todo vêm crescendo nos últimos anos. Ainda assim, o senhor acha que já é um patamar suficiente?

- Vêm aumentando, mas é insuficiente. Nós já tivemos um risco de desabastecimento de energia elétrica esse ano que só não se concretizou devido às chuvas intensas ocorridas em janeiro. Não há uma tranquilidade de que as obras do setor elétrico, no Brasil, estejam caminhando lado a lado com o possível aumento da demanda. Então, acho insuficiente. Inclusive, continua a restrição do superávit primário dos recursos de Itaipu que descapitalizam a Eletrobrás.

O Governo anunciou, no fim do ano passado, que pretende fazer um plano de reestruturação da Eletrobrás. O que deveria conter nesse plano?

- Minha opinião é de que caberia um papel à Eletrobrás mais dinâmico, mais autônomo e integradora de suas empresas. Para isso, é preciso, sim, que haja essa reestruturação que foi pensada e que se adotasse um critério técnico na composição nas diretorias das empresas do Grupo Eletrobrás. E até num nível maior, que se unificasse essas empresas, de maneira que a relação entre Eletrobrás, Furnas, Chesf e demais fosse semelhante à relação que tem a Petrobras com a BR Distribuidora. Ou seja, uma relação mais estreita, que procurei fazer quando estive lá através do Conselho de Presidentes, que funcionou com muita operosidade, mas que não está da mesma forma. Acho que não se pode usar as empresas Eletrobrás para composições partidárias.

Especula-se que o Governo possa vender um percentual de ações da empresa. O senhor é favorável?

- Acho que é uma questão de procurar mais capitalização. Não dou grande importância a isso, não vai ser essa questão que vai resolver o problema da empresa.

Em relação ao risco de desabastecimento, esse ano está dissipado. Esse enchimento dos reservatórios, no entanto, nos dá quanto tempo de tranquilidade?

- O risco recomeça no ano que vem. Poderá haver, dependendo da chuva ou não, mas o setor elétrico não pode ficar à mercê da chuva. Tem que ter uma capacidade suficiente de geração, que, caso ocorram anos secos, a geração não fique comprometida.

Diante das obras que estão sendo realizadas para a geração de energia, podemos ficar tranquilos caso enfrentemos períodos secos?

- De 2008 em diante sim, as obras preocupam, mas há um certo atraso em geral. Por exemplo, temos as obras do Proinfa que atrasaram muito.

O que vem dando errado no Proinfa?

- No que se dependeu da Petrobras, no Proinfa, foi feito. Da mesma forma, em relação ao BNDES. Agora, no que dependeu do setor privado, não foi feito completamente. A aposta do Governo Lula é muito boa, pois quem investe em energia elétrica é o setor privado. As autorizações foram dadas, foi uma boa política, mas muitas não estão no cronograma.

Mas teoricamente, o setor privado é o mais capitalizado, o que tem mais condições de investir?

- O setor privado, em geral, faz aquilo que é do interesse da empresa naquele momento, e às vezes ela se lança em um empreendimento e tem dificuldades de executá-lo ou prefere colocar o dinheiro em outra coisa, retardando a obra. É da lógica do capital.

E a geração termelétrica? Como o senhor qualifica o aproveitamento dessa geração?

- Foram feitas termelétricas de uma forma não-planejada, e hoje sabe-se que não temos gás natural caso todas tenham que entrar em operação. Já temos um problema. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tirou da ordem de 3,6 gigawatts (GW) de potência termelétrica do plano de operação porque concluiu que não pode contar com gás natural para elas. A Petrobras não tem como garantir esse gás natural. Já há um desbalanço aí.

Como o senhor avalia o papel do Governo Lula no setor de geração?

- Foi falho. Faltou dar o papel que a Eletrobrás tinha que ter, já que ela é a maior empresa do setor elétrico e a que tem maior capacidade de realização. Caberia ao setor privado entrar junto e em competição, mas com a Eletrobrás assumindo um papel não de coadjuvante e, sim, de ator principal nessa história. Segundo, era preciso desobstruir o obstáculo das hidrelétricas. O Brasil não está conseguindo realizá-las por uma oposição ambiental muitas vezes justa, mas que cabe ao governo negociar e chegar a um acordo. Terceiro, porque a entrada das termelétricas foi desastrosa. Ela foi feita com herança do governo anterior, e não se mexeu nesses contratos absurdos, e chega-se ao ponto de não ter gás natural para as termelétricas que existem.

Como o senhor avalia o Novo Modelo do Setor Elétrico, em vigor desde 2005?

- O Novo Modelo teve uma concepção interessante, teve vantagens, como a interrupção das privatizações e a criação da EPE, mas manteve contratos muito onerosos para o setor público e que contaminam o modelo. Por exemplo, o Brasil tem 30% de consumidores livres. Esse percentual vai para grandes empresas consumidoras de energia elétrica, que compraram energia muito barata no tempo do excedente. O Novo Modelo permitiu isso. No fundo, é uma contaminação do modelo, por uma herança do passado e que o Governo resolveu não enfrentar.

O senhor é contra o mercado livre?

- Nessa proporção, de modo algum. Por que eu pago uma energia caríssima para outros pagarem baratinho? É possível existir isso como exceção. São situações especiais que têm que ser vistas e justificadas, e não os pobres pagarem caro e as grandes empresas, barato. Isso é um socialismo às avessas.

Se existe um risco de falta de energia no futuro, em que nível estaria esse risco hoje?

- O que existe é uma tradição de se buscar um risco de 5%. No momento, estamos confortáveis, em função dos reservatórios cheios. Quando se projeta para daqui a dois anos, o risco está muito acima de 5%.

O senhor é favorável à aposta na hidreletricidade?

- Sim. O governo pode não fazer todas as obras que pode-se imaginar, mas tem que apostar em algumas, como o Rio Madeira, por exemplo. É uma idéia correta incluir a licitação desse empreendimento ainda este ano. Há questões ambientais, mas deve-se enfrentá-las e mostrar quais são as outras possibilidades. Estamos fazendo usinas a carvão terrivelmente poluentes, usinas a óleo diesel cuja energia é terrivelmente cara.

Então, é preciso ver o preço a pagar das alternativas. Se não fizer Madeira, será feito Angra 3, certamente.

Qual a sua posição em relação à construção de Angra 3?

- Angra 3 é bom para o meio ambiente? Não sei, depende da opinião de cada um. Eu acho que Madeira é melhor.

O sistema de transmissão nacional do país expandiu-se consideravelmente, e ao mesmo tempo, estamos presenciando grande concorrência nos leilões, ao contrário da geração. Por que isso vem acontecendo?

- O problema da transmissão é que está ficando muito cara porque está se admitindo taxas de retorno que são altas. Nos leilões, como se têm uma pressão privada muito grande, eles remuneram muito alto o investidor. No Brasil, não só pela transmissão, temos as tarifas de energia elétrica entre as mais altas do mundo. Já estamos passando vários países desenvolvidos, que têm rendas muito maiores do que a nossa, como Inglaterra, França, vários estados americanos, Suíça e Finlândia.

Qual é a razão dessa tarifa alta?

- A privatização do setor elétrico foi nessa direção de tornar a energia elétrica cara, apesar de a promessa ter sido o contrário. E o modelo novo ficou contaminado com a herança que não foi enfrentada. Temos termelétricas caríssimas que estão sendo incluídas nos leilões.

E as discussões entre o setor e o meio ambiente. Como equacionar isso?

- O meio ambiente é um fator importante e que há oposições objetivas contra às obras, mas tem que se procurar discutir e chegar a acordos e não deixar tudo parado. A culpa não é só da questão ambiental. Todas as partes devem chegar a um acordo, e muitas vezes isso não é feito porque não há um empenho para se chegar a isso, e deixa-se as culpas todas pelos órgãos ambientais, que ficam pressionados. Há uma implicância maior com as hidrelétricas, enquanto que as termelétricas a carvão são aprovadas com grande facilidade e vão provocar câncer em uma porção de gente. Falta a associação brasileira dos cancerosos por termelétricas.

Qual a avaliação que o senhor faz do papel da Aneel hoje em dia?

- Em certos momentos, a atuação dela não foi satisfatória, mas nesse exato momento o papel dela tem sido bem exercido.